Enap Escola Nacional de Administração Pública

Curso ASP-Macroeconomia

Macroeconomia

Brasília - 2015

Conteúdo para impressão

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente
Gleisson Rubin

Diretor de Desenvolvimento Gerencial
Paulo Marques

Coordenadora-Geral de Educação a Distância
Natália Teles da Mota Teixeira

Conteudistas

Maurício de Carvalho Amazonas(2013)

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

© ENAP, 2015

ENAP Escola Nacional de Administração Pública
Diretoria de Comunicação e Pesquisa
SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília, DF
Telefone: (61) 2020 3096 – Fax: (61) 2020 3178

SUMÁRIO

Objetivos da Unidade 5

1.1. A MACROECONOMIA 5

1.2. PRODUTO, RENDA E DESPESA 5

1.2.1. Produto 5
1.2.2 Renda e despesa 6
1.2.3 Identidade macroeconômica 7
1.2.4 Investimento 8

1.3. ECONOMIA FECHADA COM GOVERNO 9

1.4. ECONOMIA ABERTA COM GOVERNO 10

1.4.1 Produto interno e Produto nacional 11

1.5 PRODUTO AGREGADO E MATRIZ INSUMO-PRODUTO 12

Objetivos da Unidade 15

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO 15

2.2. EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO 15

2.2.1. Teorias principais 16
2.2.2. Teorias contemporâneas 16

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 17

CONSIDERAÇÕES FINAIS 19

OBJETIVOS DA UNIDADE 21

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO 21

3.2. TAXA DE CÂMBIO 22

3.3. DETERMINANTES DA TAXA DE CÂMBIO 24

3.4. REGIMES CAMBIAIS 25

3.5. BALANÇO DE PAGAMENTOS..... 27

3.5.1 Aplicando o conceito 29
3.5.2 Notas sobre o balanço de pagamentos 31

CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

UNIDADE 4– FINANÇAS PÚBLICAS..... 33

OBJETIVOS DA UNIDADE..... 33

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO 33

4.2. FUNÇÕES DO GOVERNO..... 34

4.3. DISPÊNDIO PÚBLICO: CLASSIFICAÇÃO 35

4.4. TRIBUTAÇÃO 36

4.4.1. Princípios da Tributação 36
4.4.2. Tributação Progressiva, regressiva e Proporcional..... 37
4.4.3. Tributos Diretos e Indiretos..... 38

4.5. DÉFICIT PÚBLICO e DÍVIDA PÚBLICA..... 39

CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

Enap

Unidade 1 - PRODUTO E RENDA NACIONAL

Objetivos da Unidade

Ao final desta unidade, espera-se que você seja capaz de:

- Relacionar produto e renda nacional.
- Identificar os elementos que compõem a renda nacional e a demanda agregada.
- Descrever o fluxo circular da renda.

1.1. A MACROECONOMIA

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 6,1% no ano de 2008, e as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram o investimento e o consumo das famílias.

A Macroeconomia é o ramo da Economia que estuda problemas, como: crescimento econômico, inflação, desemprego, investimento, etc. O ramo da Economia encarregado de mensurar os agregados macroeconômicos é a Contabilidade Nacional (também chamada, muitas vezes, de Contabilidade Social), e é o tema abordado nesta unidade.

Por simplicidade, iniciamos nossa análise a partir de uma economia fechada e sem governo. Nas seções posteriores, introduziremos os temas governo e setor externo ("resto do mundo"), quando, então, nosso modelo se aproximará mais da realidade

1.2. PRODUTO, RENDA E DESPESA

Os principais agregados macroeconômicos são: o produto, a renda e a despesa.

1.2.1. Produto

Produto agregado: é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante um determinado período de tempo.

- Para compatibilizar a soma de bens e serviços heterogêneos, o produto agregado é calculado em unidades monetárias.

- Apenas os bens finais entram na contabilidade do produto agregado. Insumos utilizados no consumo intermediário, por exemplo, devem ser excluídos desse cálculo. O objetivo é evitar a dupla contagem.
- Produtos exportados, no entanto, devem entrar no cálculo, qualquer que seja a finalidade de uso (consumo final ou intermediário), da mesma forma que produtos importados devem ser excluídos do cálculo.
- O produto é um fluxo, e não um estoque. Por isso, deve ser medido em um intervalo de tempo (trimestre, semestre, ano).

Valor adicionado: é o valor que foi acrescido ao valor dos bens intermediários em cada etapa da produção, isto é, da cadeia produtiva. Ou seja, o quanto cada etapa da produção criou de valor novo.

O conceito de valor adicionado permite a contabilização do produto de uma maneira alternativa. Suponha, por exemplo, uma economia que produza pão e utilize farinha, que, por sua vez, utiliza trigo como insumo, cujos preços constam da tabela abaixo:

Tabela 1: Preço dos insumos utilizados na produção de pão.

Produto	Valor do Produto	Insumos	Valor adicionado
Trigo	10	0	10
Farinha	15	10	5
Pão	20	15	5

Fonte: Lopes & Vasconcelos (2000, p. 27).

1. Note que, de acordo com a tabela acima, todo o trigo e toda a farinha produzidos nesta economia são insumos da produção de pão.

2. Isso significa que o produto desta economia é igual a 20 unidades monetárias, que é o preço do pão, único bem final desta economia.

Por outro lado, a soma dos valores dos três produtos é 45, equivalente ao **valor bruto da produção**. Nesse caso, porém, haveria dupla contagem do trigo e da farinha. Assim, excluiríamos os bens intermediários. Teríamos, então, a seguinte identidade:

Valor adicionado = **Valor bruto da produção** - **Consumo de bens e serviços intermediários**

1.2.2 Renda e despesa

Renda agregada: é a soma da remuneração dos fatores de produção[1], ou seja, salários (que remuneram o trabalho), juros (que remuneram o capital), lucros (também remuneram o capital), aluguéis (remuneração do proprietário do capital[2]).

Renda Agregada = salários + juros + lucros + aluguéis

1. Segundo Viceconti & Neves (1995,p. 1), fatores de produção são os recursos produtivos "que a sociedade conta para efetuar a fabricação de bens e serviços". São eles: capital, trabalho e recursos naturais
2. Note que aqui estamos considerando o capital em todas as suas dimensões: o capital financeiro e o capital enquanto ativo físico (máquinas e equipamentos produtivos).

Despesa agregada: são as possíveis destinações do produto. Supondo uma economia fechada e sem governo, e que produz apenas bens de consumo, a despesa agregada é composta apenas pela aquisição de bens de consumo por parte das famílias.

1.2.3 Identidade macroeconômica

Ao produzir os bens e serviços, as empresas utilizam os fatores de produção fornecidos pelas famílias[3] e as remuneram. Com essa remuneração, as famílias adquirem os bens e serviços ofertados pelas empresas. Em cada etapa do processo produtivo, o valor adicionado, excluído o consumo intermediário, remunera os fatores de produção.

Desse modo, temos a seguinte *identidade macroeconômica básica*:

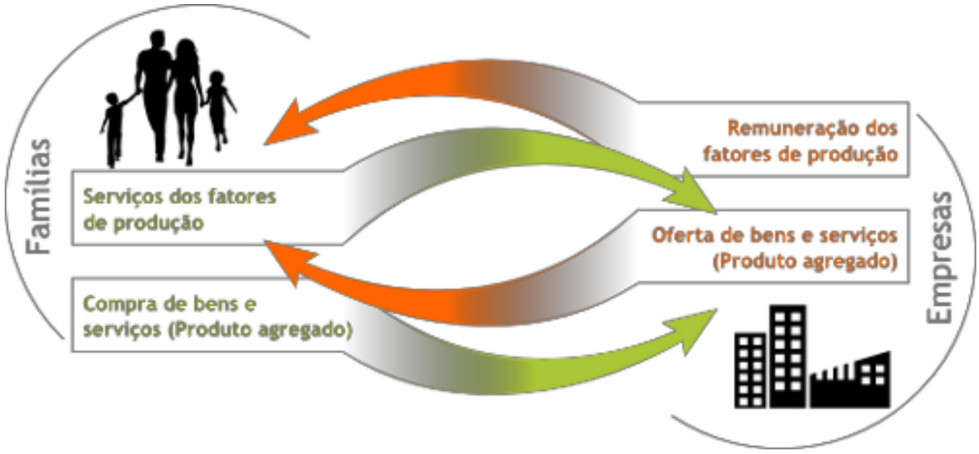
Produto Agregado = **Renda Agregada** = **Despesa Agregada**

O que explica a igualdade entre os três agregados? A viabilidade do processo produtivo depende da mobilização de fatores de produção, para a geração do produto. Os fatores de produção, por sua vez, devem ser remunerados. A remuneração dos fatores de produção gera uma renda, que será despendida na aquisição do produto.

Assim, o Produto, que corresponde ao somatório do valor adicionado na economia, deve equivaler também à Renda, ou seja, ao somatório do valor dos fatores de produção que foram utilizados para gerá-la, e também deve equivaler à Demanda Agregada, isto é, ao somatório dos dispêndios ou compras finais. Assim, o agregado macroeconômico dessa identidade pode ser visto, respectivamente, por três óticas: a ótica do produto, a ótica da renda e a ótica da despesa.

Essa ideia é melhor visualizada a partir do fluxo circular de renda, apresentado na figura abaixo.

Figura 1: Fluxo circular de renda.



3. Note que as famílias também são proprietárias das empresas. Portanto, elas não só oferecem trabalho, mas também o capital necessário para a produção. Isso significa que, além do salário, as famílias também recebem as demais remunerações compatíveis com o fator produtivo ofertado

Assim, nessa primeira aproximação simplificada, de um lado, a Renda agregada das famílias (Y) terá como possível destino apenas os bens de consumo (C). De outro lado, a Despesa agregada, utilizada para a aquisição do Produto Agregado, constitui a Demanda Agregada (DA), correspondente aos possíveis destinos dados ao produto, que, nesse caso, corresponde apenas aos bens de consumo (C).

Produto Agregado = **Renda Agregada** = **Despesa Agregada**

Pela identidade macroeconômica, todo o Produto gerado na Economia deve se igualar à Renda correspondente à remuneração dos fatores de produção, de modo que:

$$Y = DA$$

Note que, nessa primeira aproximação, ambos são iguais a C, ou seja, as famílias destinam suas rendas aos bens de consumo, e a produção é toda voltada aos bens de consumo.

$$Y = DA \begin{cases} Y = C \\ DA = C \end{cases}$$

1.2.4 Investimento

Vamos, agora, introduzir o investimento nesta economia hipotética.

Note que a definição macroeconômica para investimento exclui boa parte daquilo que o senso comum chama de investimento. A construção do prédio de uma nova escola constitui um investimento, porém, os pais que pagam pelo ensino de seus filhos realizam um gasto, apesar do mérito em apoiarem o futuro de seus filhos. Da mesma forma, a construção de um novo laboratório é considerada investimento, mas a atividade de pesquisa feita dentro dele constitui um gasto.

O conceito de investimento está associado a outro conceito, igualmente importante, relacionado a contas nacionais, que é o de poupança. Nem toda a renda é destinada ao consumo: parte é simplesmente poupada. Sendo Y a renda agregada, DA a demanda agregada[4], C o consumo agregado, I o investimento agregado e S a poupança agregada[5], temos as seguintes relações

$Y = C + S$ *(por definição, os destinos que as famílias dão à renda)*

$DA = C + I$ *(por definição, o destino dado aos produtos desta economia)*

Ou seja, da renda auferida pelas famílias, parte se destinará a adquirir bens de consumo, parte será poupada. No lado da demanda agregada, o produto gerado será destinado ou a itens de consumo, isto é, despesas com consumo, ou a itens de investimento, isto é, gastos em investimento.

4. Em uma economia fechada, demanda agregada é a soma das despesas com consumo, investimento, gastos do governo.
5. Doravante, chamaremos esses termos simplesmente de renda, consumo, investimento e poupança. Apenas a demanda agregada permanece com a mesma nomenclatura.

Como, de acordo com a identidade macroeconômica básica, Y = DA , então:

$$C + S = C + I \quad \text{e, portanto, (excluindo C dos dois lados),} \quad S = I$$

Se parte das famílias poupa sua renda na forma de títulos no mercado financeiro, e se as empresas financiam seus investimentos, a partir da emissão de títulos no mercado financeiro, isso significa que a poupança deve igualar os investimentos.

SAIBA MAIS

Esse raciocínio não implica, necessariamente, uma relação de causalidade. Embora a identidade seja válida em todos os casos, a causalidade é motivo de controvérsia na Teoria Econômica.

Nem toda a produção de bens de capital corresponde a um novo investimento: parte dela pode simplesmente repor o capital **depreciado**. A depreciação é a parte dos bens de capital consumida em cada período. A partir desse conceito, podemos diferenciar o investimento bruto do investimento líquido e, portanto, o **produto bruto** do **produto líquido**:

$$\text{Produto líquido} = \text{Produto bruto} - \text{Depreciação}$$

1.3. ECONOMIA FECHADA COM GOVERNO

Até aqui, o nosso modelo ainda não é realista o suficiente, pois traduz apenas uma economia fechada e sem governo. Vamos, então, introduzir o governo nessa economia hipotética[6].

O governo realiza gastos, ao prover serviços à população, e os financia, essencialmente, a partir da arrecadação de impostos.

Devemos, portanto, introduzir um novo componente, os gastos do governo (G) na equação da demanda agregada:

$$DA = C + I + G$$ [7]

Além disso, devemos introduzir um novo componente ao qual se destina a renda das famílias: os tributos (T).

$$Y = C + S + T$$ [8]

Como já sabemos, a renda Y é igual à despesa agregada DA, de modo que:

6. Por ora, a introdução do Governo alterará as relações básicas das Contas Nacionais. Na unidade 4, referente a Finanças Públicas, veremos com mais detalhes novas relações envolvendo o Governo.
7. DA: Demanda Agregada; C= Consumo; I=Investimento; G=Gastos do Governo
8. Y = renda; C = consumo; S = poupança; T = Tributos.

$$S + T = I + G$$

Rearranjando os termos, temos:

$$S - I = G - T$$

De acordo com a equação acima, sempre que G > T, isto é, sempre que o governo gastar mais do que arrecada, é porque S > I, ou seja, deve haver um excesso de poupança do setor privado para financiar o excesso de gastos do governo.

Além disso, a introdução do governo permite-nos identificar dois novos conceitos:

- **Produto a custo de fatores:** é o produto cujo cálculo exclui os impostos indiretos e os subsídios.
- **Produto a preços de mercado:** é o produto cujo cálculo inclui os impostos indiretos e os subsídios.

1. Essa distinção justifica-se, porque, com a introdução do Governo, este, além dos impostos diretos, arrecada também impostos indiretos, ou seja, as empresas, além de remunerarem os fatores de produção, devem também direcionar para o pagamento dos impostos indiretos parte da receita obtida com a venda das mercadorias.

2. No caso dos subsídios, é o contrário: se o governo paga parte dos custos de produção, então, o preço de venda pode ser menor do que a remuneração dos fatores.

Ou seja, o conceito de Produto a preço de mercado corresponde ao preço pago pelo consumidor, enquanto o conceito de Produto a custo de fatores refere-se apenas à soma dos fatores de produção, sem considerar impostos e subsídios.

Produto a preço de mercado = **Produto a custo de fatores** + **Impostos indiretos** - **Subsídios**

1.4. ECONOMIA ABERTA COM GOVERNO

Vamos, agora, introduzir o resto do mundo[9] nessa economia hipotética.

Dois tipos de transações podem ser realizadas com o exterior: com bens e serviços, e com fatores de produção.

1. As transações com bens e serviços constituem as exportações (vendas) e importações (compras).

2. As exportações (X) são parte da produção interna que é vendida para o exterior: isso significa que o Resto do Mundo constitui parte da demanda por produção doméstica.

9. Define-se como resto do mundo todos os agentes residentes em outros países.

3. As importações (M) são aquisições da produção realizada em outros países, constituindo parte da oferta de bens e serviços disponível na economia doméstica.

Se a oferta deve ser igual à demanda, temos a equação abaixo:

$$\underbrace{Y + M}_{\textit{oferta}} = \underbrace{C + I + G + X}_{\textit{demanda global}}$$

Rearranjando, temos:

$$Y = C + I + G + X - M$$

A primeira equação pode ter C, I e G desmembrados em CY e CM, IY e IM, e GY e GM, respectivamente, que são a parte destinada ao consumo de produção doméstica e produção importada, aos gastos do governo destinados à aquisição de produção doméstica e produção importada, e à aquisição de máquinas e equipamentos domésticos e importados, sendo que M = CM + GM + IM. Assim, para que a segunda equação reflita a demanda agregada, deve excluir M para evitar a dupla contagem.

O termo (X - M) também é chamado de exportações líquidas.

Note que, enquanto Y + M constitui a oferta total de bens e serviços da economia, Y é apenas a oferta de produção doméstica.

Observe que os termos "C + I + G + X" e "C + I + G + X - M" são diferentes. O primeiro é a demanda por todos os produtos produzidos pela economia doméstica (inclui X, que é a demanda dos não residentes por produção nacional). Já o segundo termo corresponde à demanda agregada da economia doméstica: exclui os produtos importados para evitar a dupla contagem.

Com a introdução do setor externo, a renda doméstica utilizada para a obtenção do produto é novamente:

$$Y = C + S + T$$

Mas as despesas agora se distribuem entre:

$$Y = C + I + G + X - M$$

Igualando as identidades, temos:

$$S + T + M = I + G + X$$

Isso significa que em caso de excesso de exportações sobre as importações (X > M), deve ocorrer superávit ou no setor privado (S - I) > 0 ou no governo (T - G) > 0, ou em ambos. Ou seja, para que uma parte do produto seja destinado ao demandante não-residente, deve ser sacrificada parte do produto destinado a investimento ou a gastos do governo, ou, dito de outro modo, deve ser financiado por parte da poupança privada ou da poupança pública.

1.4.1 Produto interno e Produto nacional

A inclusão do setor externo leva ainda aos conceitos de produto interno e produto nacional:

- **Produto Interno:** é a produção gerada nos limites do território nacional.
- **Produto Nacional:** é a produção cuja renda é apropriada pelos residentes do país, independente de ter sido gerada neste ou em outro país.

Isso ocorre, porque parte da renda correspondente à produção doméstica é apropriada por agentes não residentes. Empresas multinacionais em operação no Brasil podem remeter lucros para suas matrizes no exterior; o Governo brasileiro e os agentes do setor privado podem pagar juros a agentes nãoresidentes, por dívidas contraídas no passado; trabalhadores estrangeiros no Brasil podem remeter recursos para seus familiares em seu país; do mesmo modo, parte da renda correspondente à produção feita em outros países pode ser apropriada por agentes domésticos, pelos mesmos procedimentos de remessas de lucros, rendimentos ou pagamentos de juros.

Assim, o Produto Nacional é a diferença entre o Produto Interno e a renda líquida enviada ao exterior. Esta última é a diferença entre a renda enviada e a renda recebida, que pode ser negativa ou positiva. No caso brasileiro, em que o balanço de pagamentos é historicamente e fortemente marcado pelo pagamento de juros da dívida externa e também de remessa de lucros pelas empresas, o PIN é maior que o PNB.

Combinando os conceitos de Produto

Os diferentes conceitos de Produtos são variantes, no que toca a considerar ou não a depreciação dos investimentos (Produto Bruto vs. Líquido), considerar ou não a incidência fiscal de impostos indiretos e subsídios (Produto a preços de mercado vs. a custo dos fatores) e considerar ou não o envio de renda ao exterior ou recebimento de renda do exterior, e podem, desse modo, combinar-se:

PIBpm = produto interno bruto a preços de mercado
PIBcf = PIBpm - [impostos indiretos + subsídios]
PNBpm = PIBpm - renda líquida enviada ao exterior.

1.5 PRODUTO AGREGADO E MATRIZ INSUMO-PRODUTO

Outra forma de se mensurar a atividade econômica de um país é através da matriz insumo-produto (ou matriz de relações interssetoriais), originada dos trabalhos de Wassily Leontief.

De uma forma simplificada, a matriz insumo-produto representa a economia, a partir de seus “n” setores de produção. Seja Xj o valor da produção anual do setor j. Parte de Xj é demandado por outros setores da economia como insumo, e parte é destinada ao consumo final. Chamando de Xi1, Xi2, ... , Xin a demanda do produto Xj para consumo intermediário e de Dj a demanda final, temos:

Demandas intersetoriais	Demanda final	Valor bruto da produção
X_{11} X_{12} .....X_{1n}	D_1	X_1
X_{21} X_{22} .....X_{2n}	D_2	X_2
.....	.	.
.....	.	.
X_{n1} X_{n2} .....X_{nn}	D_n	X_n

Supondo a existência de 3 setores de atividades (agropecuária, indústria e serviços), a matriz é disposta como se segue:

Origem da produção	Destino da produção				
	Demandas intermediárias ou intersetoriais			Demanda final (C + I + G + X)	Valor bruto da produção
	Agropecuária (setor 1)	Insdústria (setor 2)	Serviços (setor 3)		
Agropecuária (setor 1)	X_{11}	X_{12}	X_{13}	D_1	X_1
Insdústria (setor 2)	X_{21}	X_{22}	X_{23}	D_2	X_2
Serviços (setor 3)	X_{31}	X_{32}	X_{33}	D_3	X_3
Importações	M_1	M_2	M_3		
Valor adicionado	$V A_1$	$V A_2$	$V A_3$		
Valor bruto da produção	X_1	X_3	X_3		

Fonte: Lopes e Vasconcelos (200, p. 50-51).

A partir dessa matriz, pode-se calcular o PIB de duas formas:

- A partir da soma dos valores adicionados, pela ótica da renda:

$$\text{Renda Interna Bruta} = \sum VA_j$$

- A partir da soma das demandas finais menos a soma das importações:

$$\text{PIB} = \sum D_j - \sum M_j$$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento do fluxo circular da renda e das relações entre o investimento e os demais componentes da demanda agregada permite perceber de que forma um projeto pode afetar os diferentes setores econômicos. Projetos que envolvem investimento sempre exercerão interferência sobre as contas nacionais, justamente por afetar esse componente da demanda agregada.

Evidentemente, outras variáveis são afetadas por projetos públicos, por meio da contratação/mobilização de fatores de produção, que, evidentemente, serão remunerados, gerando um fluxo de renda que será distribuído entre salários, lucros, juros e aluguéis. O resultado do investimento será um produto que poderá ser mensurado e contribuir parao aumento do PIB de uma economia.

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o tema desta unidade, consulte LOPES, L. M.; VASCONCELOS, M. A. S. **Manual de Macroeconomia**: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.

UNIDADE 2– EMPREGO, MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Objetivos da Unidade

Ao final desta unidade, espera-se que você seja capaz de:

- Explicar a dinâmica do mercado de trabalho e sua relação com o emprego.
- Relacionar as abordagens que tratam da distribuição de renda e do mercado de trabalho.

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do mercado de trabalho constitui capítulo importante no estudo dos fenômenos econômicos.

Na Teoria Econômica, as escolas de tradição neoclássica atribuem ao mercado de trabalho a capacidade de determinar o nível de produto. Segundo essa visão, as configurações desse mercado podem levar ao pleno emprego, situação na qual todos os trabalhadores que desejam inserir-se no mercado de trabalho, aceitando o salário real vigente, conseguirão empregar-se.

Já as teorias de corte keynesiano atribuem o nível de emprego às decisões de produção e investimento tomadas pelos empresários, e que, em caso de insuficiente demanda efetiva, pode haver desemprego involuntário.

Desenvolvimentos posteriores da Teoria Econômica também explicam a aceleração inflacionária, a partir de eventos oriundos do mercado de trabalho.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, outro capítulo importante da Teoria Econômica, também atribui ao mercado de trabalho explicações para a condição de subdesenvolvimento de muitos países.

2.2. EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Comecemos desenvolvendo alguns conceitos importantes referentes ao mercado de trabalho:

- População em idade ativa (PIA): corresponde à população total, excluindo-se os muito idosos ou os muito jovens (ou seja, aqueles que não estão em idade de trabalhar).
- População economicamente ativa (PEA): corresponde à população que está procurando emprego no mercado formal de trabalho - exclui, portanto, estudantes e donas de casa, por exemplo.

1. A PEA distribui-se entre os empregados e desempregados.

2. A taxa de desemprego nada mais é do que a razão entre a população desempregada e a PEA.

Enap

É possível resumir brevemente o debate sobre o funcionamento do mercado de trabalho - sem, evidentemente, esgotar o tema - da maneira como se segue.

2.2.1. Teorias principais

a) A Visão Clássica e Neoclássica

Para as teorias de tradição neoclássica, o mercado de trabalho pode ser resumido através de duas forças: a oferta de trabalho, composta pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, composta pelas firmas. Trabalhadores ofertam mais trabalho à medida que as firmas ofereçam um salário real mais elevado. As firmas, evidentemente, demandam uma quantidade maior de trabalho sempre que os trabalhadores aceitarem receber um salário real menor. Se os salários reais forem flexíveis o suficiente, a economia tenderá a uma posição de pleno emprego: se os trabalhadores aceitarem reduzir o seu salário real[10], as firmas estarão dispostas a contratar mais trabalhadores, e somente ficarão desempregados aqueles que não desejam receber o salário real, ou aqueles que ainda não forem qualificados o suficiente para ocupar as vagas oferecidas pelas firmas.

SAIBA MAIS

Trata-se, aqui, dos conceitos de desemprego voluntário e friccional, respectivamente: o primeiro ocorre, porque existem trabalhadores que preferem permanecer desempregados a receber um salário real, considerado baixo; já o segundo ocorre, porque, embora existam vagas, nem sempre os trabalhadores estão qualificados para ocupá-las.

b) A Visão Keynesiana

Para as teorias keynesianas, em economias de mercado, tende a existir **desemprego involuntário:** mesmo que os trabalhadores aceitem receber o salário real oferecido pela empresa (por menor que seja o salário real), podem não conseguir emprego. Isso ocorre, porque, para Keynes, as decisões de demanda por trabalho das firmas dependem de suas decisões de produção e investimento. Nem sempre a quantidade que as firmas decidem produzir é compatível com a plena absorção da mão de obra disponível - o que somente ocorrerá se a demanda efetiva da economia for tal que os empresários sintam- se estimulados a produzir mais e a contratar mais trabalhadores. E, caso essas decisões estejam envolvidas em baixo estado de confiança nestes ou excesso de preferência pela liquidez (retenção da riqueza na forma monetária, em detrimento de gastos em investimentos), pode ser configurado um quadro de equilíbrio de mercado com a presença de desemprego involuntário.

2.2.2. Teorias contemporâneas

Teorias mais recentemente desenvolvidas, consideradas novo-keynesianas, consideram que o mercado de trabalho possui rigidez: os salários reais não são flexíveis o suficiente para garantir o pleno emprego, suposto pelas teorias de tradição neoclássica. A teoria novo-keynesiana é caracterizada pela busca por fundamentos microeconômicos que expliquem a rigidez de preços e salários reais.

10. O conceito de salário real refere-se ao poder de compra de um determinado salário nominal que, por sua vez, é o valor monetário do salário. Sempre que os preços dos produtos que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores aumentar, diz-se que o salário real diminuiu - ainda que o salário nominal permaneça constante.

SAIBA MAIS

Três exemplos ilustram por que, para a teoria novo-keynesiana, os salários reais não caem para ajustar o mercado de trabalho:

- ✓ (i) as firmas não reduzem os salários reais, porque temem, com isso, perder os funcionários mais qualificados e mais eficientes;
- ✓ (ii) com salários mais baixos, os trabalhadores tenderiam a tornarem-se mais deliberadamente ineficientes, devido a falhas de monitoramento; e
- ✓ (iii) embora existam trabalhadores desempregados (outsiders) dispostos a receber salários reais inferiores aos que são pagos aos empregados (insiders), os sindicatos tendem a defender os empregos e salários destes últimos.

Por fim, alguns autores que estudaram o desenvolvimento econômico, a partir da formulação inicial de Arthur Lewis, entre eles o brasileiro Celso Furtado, consideram que economias subdesenvolvidas possuem *excedente estrutural* de mão de obra.

Tais formulações, *grosso modo*, podem ser explicadas da seguinte forma: economias atrasadas que decidem modificar a sua estrutura produtiva aumentando a participação do setor industrial têm a tendência de importar tecnologia dos países desenvolvidos. Ocorre que essa tecnologia é adequada aos países desenvolvidos, caracterizados pela existência de escassez de mão de obra, ou seja, são tecnologias intensivas em capital e poupadoras de mão de obra. Utilizadas nos países subdesenvolvidos, tais tecnologias não são capazes de absorver toda a mão de obra disponível. A existência de um excedente estrutural de mão de obra tende a achatar os salários em toda a economia, inclusive no setor industrial - ainda que os salários pagos nesse setor sejam superiores aos dos demais setores.

As condições que vigoram no mercado de trabalho também são importantes para determinar a distribuição de renda, como veremos a seguir.

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A renda gerada no processo econômico, cuja descrição sucinta foi abordada na primeira unidade, distribui-se segundo certas categorias (salários, juros, etc.) e segundo estratos sociais (grupos de renda alta, média e baixa). Identificam-se, assim, pelo menos três "abordagens" para tratar a distribuição de renda:

1 **Distribuição Funcional** mede a parte da renda correspodnente à remuneração do trabalho e do capital, de um lado, e da terra, de outro, isto é, entre salários, lucros, juros e renda da terra.

1. A parcela da renda correspondente a cada fator de produção resulta do produto do volume de emprego do fator pela sua taxa média de remuneração. O Estado, através de intervenção de política econômica, pode intereferir sobre as quantidades (por intermédio de políticas de geração de emprego), como na determinação das taxas de remuneração 9ao definir as taxas de juros e o salário mínimo, por exemplo).

2. O poder de barganha dos sindicatos pode determinar uma melhora na distribuição de renda em favor dos salários.

3. A literatura econômica de corte de Keynesiano identifica no conflito distributivo uma das causas da inflação: se os sindicatos possuem elevado poder de barganha e os mercados são oligopolizados (e, portanto, se as firmas têm poder de determinar preços), os aumentos salarais obtidos pelos sindicatos podem ser repassados aos preços finais - constituindo-se naquilo que a literatura econômica chama de "espiral salário-preço".

2 Distribuição Pessoal

mede a parte da renda destinada aos diferentes estratos sociais.

1. A concentração da propriedade dos ativos e o valor de mercado das diferentes modalidades de trabalho são determinantes essenciais da distribuição pessoal da renda. Supodo-se que a propriedade de ativos e o trabalho sejam as fontes imediatas de renda, é possível distinguir, analiticamente, o que corresponderia ao "topo" da sociedade, composto por indivíduos e famílias para as quais as rendas da propriedade constituem proporção elevada dos seus rendimentos totais; uma "base", composta por indivíduos cuja renda provém essencialmente do trabalho, e uma classe "intermediária", que se distingue das outras duas, seja porque sua renda é complementada pelos proventos que recebemd e suas modestas propriedades.

- A distância entre as classes será tão maior quanto mais desigual for a distribuição da propriedade, bem como da remuneração do trabalho.

- A distância entre a "base" e a classe intermediária será tão maior quanto menor for a qualificação do trabalho dos indivíduos que compõem a "base" - além, evidentimente, desses indivíduos serem desprovidos, na maioria das vezes, de propriedades.

2. O trabalho do topo e da base da sociedade é determinado por condições institucionais, tais como: a estrutura fundiária, concentração geográfica, participação em atividades modernas/obsoletas.

3. O governo também pode atuar no sentido de reduzir as desigualdades na distribuição pessoal da renda, através de proramas de transferência de renda (pagamento de aposentadorias, pensões, programas sociais), propriedade (reforma agrária).

3 **Distribuição do produto**

mede a destinação dos bens e serviços entre as diferentes camadas sociais. Em geral, indivíduos de renda mais alta têm mais acesso a bens e serviços de luxo, enquanto os indivíduos de menor renda têm acesso, em geral, restrito aos bens de primeira necessidade.

1. A repartição do produto por grupo sociais dá-se pelo sistema de preços.

2. Modificações na distribuição da renda entre salários e lucros tende a redistribuir a renda entre os diferentes estratos sociais, permitindo assim, uma modificação na distribuição final do produto. Assim, quando o Governo atua no sentido de promover a distribuição de renda (funcional ou pessoal), tende a distribuir também a apropriação final do produto, permitindo que indivíduos de menor renda tenham acesso a bens e serviços a que, de outra forma, não seriam capazes de adquirir.

3. Outra forma do Governo interferir sobre a apropriação final do produto é através de políticas que modifiquem o sistema de preços: isenções tributárias sobre alimentos e bens de primeira necessidade, por exemplo, beneficiam os estratos que destinam partes significativas de suas rendas e aquisições desse tipo de bens. São, tipicamente, os estratos de menor renda.

4. Como será especificado no módulo 4 referente ao setor público, o Governo também pode atuar fornecendo gratuitamente bens e serviços essenciais a sociedade, como educação e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações que envolvem emprego, mercado de trabalho e distribuição de renda são particularmente importantes para a análise de projetos que envolvem investimentos públicos. Alguns projetos podem ser intensivos em mão de obra, enquanto outros podem ser intensivos em capital. A capacidade de geração de empregos e, portanto, a capacidade que projetos públicos têm de distribuir renda estão essencialmente ligadas à intensidade de cada fator produtivo a ser utilizado.

Por outro lado, políticas deliberadamente distributivas podem viabilizar projetos que resultem na produção de bens voltados para as camadas mais pobres da população. A simples ampliação dos chamados mercados de massa pode viabilizar projetos cuja escala de produção requer mercados de grandes dimensões. Alguns projetos requerem a mobilização de uma quantia vultosa de recursos iniciais; a geração de fluxos de caixa que viabilizam os projetos está diretamente associada à dimensão dos mercados - o que, em alguns casos, está estritamente relacionado com a distribuição de renda.

Enap

Enap

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o tema desta unidade, consulte CASTRO, A. B.; LESSA, C. **Introdução à Economia:** uma abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

UNIDADE 3 – ECONOMIA ABERTA: COMÉRCIO EXTERNO E BALANÇO DE PAGAMENTO

OBJETIVOS DA UNIDADE

Ao final desta unidade, espera-se que você seja capaz de:

- Identificar apreciação e depreciação da taxa de câmbio.
- Explicar a influência da taxa de juros sobre a taxa de câmbio.
- Discutir as implicações do uso de regime cambial fixo ou flutuante.
- Classificar as transações de bens, serviços e ativos no balanço de pagamentos.
- Montar o balanço de pagamentos, dada uma situação hipotética.
- Relacionar conceitos do balanço de pagamentos.

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em qualquer economia, os agentes residentes em um país realizam transações econômicas com agentes residentes no exterior. Essas transações podem envolver bens, serviços ou ativos.

As transações econômicas entre os agentes residentes e os nãoresidentes ocorrem, porque permitem:

- ✓ Diversificar a cesta de consumo a qual os agentes residentes têm acesso, a partir da importação de bens produzidos no exterior.

Enap

- ✓ Diversificar, através dos mercados financeiros internacionais, as opções de portfólio dos agentes, aumentando a possibilidade de ganhos e reduzindo os riscos.

- ✓ Antecipar, pelo acesso aos mercados financeiros internacionais, o consumo futuro pelos agentes residentes, através do endividamento externo.

- ✓ Buscar a especialização na produção de bens em que o país possua vantagens comparativas.

As transações entre residentes e não residentes são registradas no Balanço de Pagamentos, que, por sua vez, divide-se em Transações Correntes e Conta de Capitais.

O registro das transações deve ser feito em uma única moeda convertida pela taxa de câmbio. Os conceitos referentes à taxa de câmbio constam no tópico 3.2 desta unidade. No tópico 3.3, discutiremos, sucintamente, os determinantes da taxa de câmbio. O tópico 3.4 introduzirá o leitor no tema "regimes cambiais". O tópico 3.5 mostrará a estrutura do balanço de pagamentos e discutirá brevemente as suas principais relações e, em seu subtópico 3.5.1, relacionará os temas de comércio exterior e balanço de pagamentos com a análise de projetos.

3.2. TAXA DE CÂMBIO

Taxa de câmbio é o preço relativo entre diferentes moedas - ou seja, expressa a relação de troca entre duas unidades monetárias diferentes.

Este conceito se desdobra em outros dois: taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio real.

TAXA DE CÂMBIO NOMINAL

Taxa de Câmbio

quando se diz que a taxa de câmbio é de US$ 1/R$ 1,70, é porque é possível converter um dólar em R$ 1,70, ou seja:

1 dólar = 1,70 reais

... em termos monetários

Quando a moeda nacional fica relativamente mais cara do que a moeda estrangeira, diz-se que a taxa de câmbio se apreciou[11].

Quando, por outro lado, a moeda nacional fica relativamente mais barata do que a moeda estrangeira, diz-se que a taxa de câmbio se depreciou[12].

11. Caso a taxa de câmbio passe para US$ 1/R$ 1,60, diz-se que a taxa de câmbio se apreciou: para adquirir a mesma quantidade de dólares, é necessário dispor de uma quantidade menor de moeda nacional.
12. Caso a taxa de câmbio passe para US$ 1/R$ 1,80, diz-se que a taxa de câmbio depreciou.se

... do ponto de vista comercial

A variável importante é a taxa de câmbio real, isto é, a taxa de câmbio descontada da inflação doméstica e estrangeira. Uma depreciação nominal da taxa de câmbio poderia levar a uma conclusão errônea, qual seja, a de que a produção doméstica ficou relativamente mais barata do que a produção estrangeira. Como pode ser visto no exemplo abaixo:

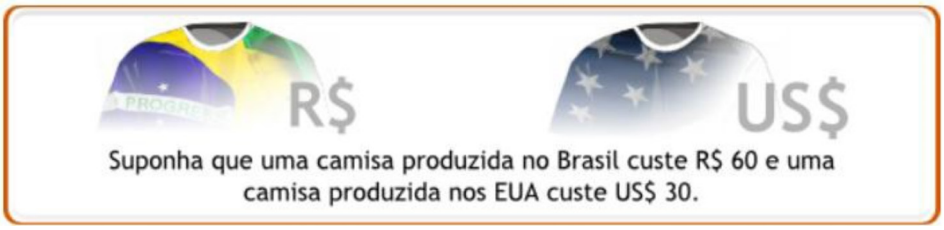
Se o dólar passa de R$ 1,70 para R$ 1,80, significa que o mesmo dólar, a uma taxa de câmbio depreciada, pode adquirir mais produtos brasileiros. Isso somente será verdadeiro, se os preços da produção nacional permanecerem constantes. Do contrário, se houver um aumento de 5,9% nos preços domésticos, por exemplo, de modo que um produto que custava exatamente R$ 1,70 passe a custar R$ 1,80, um dólar será capaz de comprar exatamente a mesma quantidade de bens, mesmo depois da depreciação nominal do câmbio. Assim, o conceito de taxa de câmbio real refere-se ao preço relativo entre a produção nacional e a produção estrangeira, conforme a expressão abaixo:

$$q = \frac{EP^*}{P}$$

Na qual q é a taxa de câmbio real, E é a taxa de câmbio nominal, P é o índice de preços externos e P é o índice de preços domésticos.*

Note que o numerador converte os preços internacionais pela taxa de câmbio, permitindo compará-los com os preços domésticos, expressos no dominador.

TAXA DE CÂMBIO REAL



Se a taxa de câmbio for US$ 1/R$ 1,70, a taxa de câmbio real será:

$$q = \frac{1{,}70\ R\$/US\$ \times US\$\ 30}{R\$\ 60} = \frac{R\$\ 51}{R\$\ 60} = 0{,}85$$

Ou seja, a camisa vendida nos EUA é 15% mais barata que a brasileira. Se, no entanto, a taxa de câmbio passar para US$ 1/R$ 1,60, a nova taxa de câmbio real será:

$$q = \frac{1{,}60\ R\$/US\$ \times US\$\ 30}{R\$\ 60} = \frac{R\$\ 48}{R\$\ 60} = 0{,}80$$

Ou seja, agora, à nova taxa de câmbio, a camisa norte-americana é 20% mais barata do que a brasileira. A apreciação nominal da taxa de câmbio, supondo-se que os preços em moeda local não variaram, conduziu a uma apreciação real da taxa de câmbio, de modo que a produção importada tornou-se mais vantajosa.

Suponha que tenha havido um aumento de 10% no preço da camisa fabricada no Brasil e de 5% da camisa norte-america – ou seja, agora, a camisa brasileira custa R$ 66 e a camisa norte-americana custa U$ 31,50, a taxa de câmbio real será de:

$$q = \frac{1{,}60\ R\$/US\$ \times US\$\ 31{,}50}{R\$\ 66} = \frac{R\$\ 50{,}40}{R\$\ 66} = 0{,}76$$

Novamente, a camisa norte-americana está mais barata do que a brasileira devido a dois movimentos:

(I) Apreciação nominal da taxa de câmbio;

(II) A inflação doméstica maior do que a inflação externa fez com que os produtos brasileiros ficassem relativamente mais caros e perdessem competitividade.

3.3. DETERMINANTES DA TAXA DE CÂMBIO

O valor da taxa de câmbio é fortemente relacionado com a **inflação** e a **taxa de juros**.

Suponha, por exemplo, que a inflação tenha subido e que o Banco Central decida elevar os juros para combatê-la.[13] Como os juros brasileiros agora são maiores, principalmente quando comparados a taxas de juros de outras aplicações financeiras, o Brasil atrairá capitais estrangeiros: os investidores, desejando adquirir ativos financeiros no Brasil, trocarão dólares por reais.

Ao converter dólares por reais, a oferta de dólares no Brasil aumentará e a demanda por reais também. Como resultado, a taxa de câmbio se apreciará. Lembre-se: a taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira e, como tal, é sensível às variações das quantidades ofertadas e demandadas: quando a oferta de dólares aumenta, o seu preço – ou seja, a taxa de câmbio – cai.

Da mesma forma, a redução da taxa de juros contribui para a depreciação cambial: os ativos financeiros estrangeiros ficam mais atraentes e os ativos financeiros brasileiros ficam menos

13. O mecanismo é o seguinte: ao elevar a taxa de juros, o banco central contrai a demanda agregada - o financiamento ao consumo fica mais caro, e as famílias tendem a consumir menos; os empresários também adiam os seus investimentos, seja porque o financiamento ficou mais caro, seja porque os ativos financeiros ficaram mais atraentes do que os ativos de capital; e, finalmente, porque os juros altos contribuem para a apreciação cambial, reduzindo os custos dos produtores nacionais e tornando os produtos importados mais competitivos, forçando os produtores nacionais a reduzir os preços dos seus produtos.

atraentes. Os investidores resolvem enviar seus recursos para o exterior e, para viabilizar a operação, devem demandar dólares: a demanda por esta moeda aumenta e o seu preço – ou seja, a taxa de câmbio – também.
A taxa de juros externa também contribui para a determinação da taxa de câmbio entre a moeda doméstica e a moeda externa, por exemplo: quando as taxas de juros nos EUA aumentam, os ativos financeiros daquele país tornam-se mais atraentes, determinando um fluxo de capitais em sua direção. Quando isso ocorre, o dólar se aprecia, enquanto o real se deprecia - ou, em outras palavras, o dólar se fortalece, enquanto o real se enfraquece. O oposto é verdadeiro: quando caem as taxas de juros dos EUA, o dólar se enfraquece e o real se fortalece.

A relação apresentada na situação hipotética também é chamada de paridade descoberta da taxa de juros, e é dada pela expressão:

$$i = i^* + E^e$$

Na qual **i** é a taxa nominal de juros doméstica, **i*** é a taxa nominal de juros internacional e Ee é a expectativa de variação cambial. O investidor, ao comparar a rentabilidade de ativos domésticos ou estrangeiros, deve considerar que, ao repatriar seus recursos, deverá convertê-los à taxa de câmbio do momento da repatriação. Se as taxas de juros forem iguais e houver expectativa de apreciação cambial, será mais vantajoso ao investidor estrangeiro adquirir ativos no Brasil, pois, ao converter reais em dólares, no final da operação, terá lucro com a conversão.

Suponha, por exemplo, que ativos denominados em reais rendem 10% a.a., e que essa taxa seja igual à que remunera ativos em moeda estrangeira. Se a taxa de câmbio atual for de R$ 2,00/US$1, precisará de US$ 100 para adquirir R$ 200 em ativos, em moeda doméstica. Um ano depois, esse investimento terá rendido R$ 220. Se a taxa de câmbio tiver se apreciado para, digamos, R$ 1,50/US$1, seus R$ 220 agora equivalerão a US$ 146,66. Se, em vez de aplicar seus recursos no Brasil, esse investidor tivesse aplicado seus recursos em ativos denominados em dólar, obteria, ao final do processo, US$ 110 (10% de rentabilidade, de um valor inicial de U$ 100). Por fim, se, em vez de apreciado, a taxa de câmbio tivesse se depreciado para, digamos, R$ 2,50/US$1, esse investidor converteria seus R$ 220 em US$ 88 - neste caso, teria sido mais lucrativo aplicar os US$ 100 iniciais em ativos denominados em dólar (US$ 110 > US$ 88).

3.4. REGIMES CAMBIAIS

Existem diferentes tipos de regimes cambiais. Os principais são o câmbio fixo e o câmbio flutuante.

No regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio é determinada de acordo com o fluxo de moeda estrangeira, ajustando-se ao equilíbrio do mercado de divisas. Excessos de oferta de moeda estrangeira tendem a apreciar a taxa de câmbio, ao passo que excessos de demanda por moeda estrangeira tendem a depreciá-la.

No regime de câmbio fixo, o Banco Central determina o valor da taxa de câmbio e compromete-se a comprar e vender moeda estrangeira à taxa que ele mesmo estipulou. Quando há excessos de oferta de moeda estrangeira, o Banco Central intervém no mercado de divisas comprando moeda estrangeira, impedindo que esta moeda se aprecie. Quando, por outro lado, houver

Enap

excessos de demanda por moeda estrangeira, o Banco Central intervém vendendo moeda estrangeira, impedindo a sua depreciação.

SAIBA MAIS

Note que o regime de câmbio fixo não significa que a taxa de câmbio não possa ser reajustada. Basta que o Banco Central decida fixá-la em um novo patamar.

Dado o mecanismo de funcionamento dos regimes cambiais, algumas considerações importantes podem ser feitas sobre cada um deles.

REGIME DE CÂMBIO FIXO

1. Ao comprar moeda estrangeira, o Banco Central oferece moeda doméstica. Veja o exemplo:

   Quando o Banco Central compra dólares, deve pagá-los com reais. Isso significa que, ao comprar moeda estrangeira, o Banco Central coloca mais reais em circulação. Por outro lado, quando o Banco Central vende moeda estrangeira, recebe moeda doméstica – e a quantidade de moeda em circulação diminui. Note que, através das intervenções do Banco Central, a quantidade de moeda varia sem que essa seja sua intenção inicial. Ou seja, quando o câmbio é fixo, o Banco Central perde graus de liberdade na condução da política monetária, pois a oferta de moeda fica subordinada à manutenção da taxa de câmbio.

2. A intervenção por meio de venda de moeda estrangeira é condicionada ao estoque de reservas internacionais que o Banco Central tenha acumulado. Entenda:

Suponha, por exemplo, que o câmbio é fixo e que a autoridade monetária detecte a existência de um excesso de demanda por dólares. Para impedir a desvalorização, o Banco Central deve ofertar dólares. Como o Banco Central brasileiro não emite dólares, ele somente poderá vender moeda estrangeira, se possuí-la em seus estoques. Ou seja, se o excesso de demanda por moeda estrangeira for demasiadamente grande, o Banco Central somente conseguirá impedir a desvalorização cambial se possuir um estoque de reservas internacionais compatíveis – do contrário, caso o estoque de reservas internacionais não seja grande o suficiente para vender moeda estrangeira na magnitude demandada pelo mercado, terá de abandonar o câmbio fixo e deixá-lo flutuar, ou fixá-lo num novo patamar.

REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE

1. Fluxos de capitais sob câmbio flutuante podem proporcionar um comportamento volátil (instável) da taxa de câmbio – isto é, ela pode flutuar excessivamente para cima ou para baixo, se a direção dos fluxos de capitais for instável. Isso ocorre, porque se os fluxos se revertem com frequência – ora ingressando na economia

brasileira, ora abandonando-a –, então, a taxa de câmbio também descreverá trajetória instável.

2. Volatilidade excessiva da taxa de câmbio pode gerar instabilidade econômica: os fluxos comerciais podem ficar instáveis (exportadores e importadores podem postergar ou antecipar suas operações, conforme a expectativa de variação cambial), provocando a redução nos investimentos.

Dados os problemas existentes em cada regime cambial, o mais comum é que os países adotem regimes cambiais baseados nos descritos acima, com modificações.

OUTROS REGIMES CAMBIAIS

1. O Brasil, atualmente, adota o regime de flutuação suja: o câmbio é flutuante, mas o Banco Central intervém no mercado cambial para evitar volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

2. Entre os anos de 1995 e 1999, o Brasil adotava o regime de bandas cambiais: fixava-se uma taxa de câmbio e limites superiores e inferiores, dentro dos quais o câmbio poderia flutuar, mas a partir dos quais o Banco Central interviria.

3. Quando um país adota o regime de câmbio fixo e possui inflação alta, suas exportações podem perder competitividade, incorrendo em déficits comerciais e tornando insustentável a manutenção do regime cambial. Para evitar isso, pode reajustar a taxa de câmbio (desvalorizá-la) periodicamente, adotando o regime de minidesvalorizações cambiais.

3.5. BALANÇO DE PAGAMENTOS

O Balanço de Pagamentos é o registro das transações de bens, serviços e ativos entre os agentes econômicos residentes na economia doméstica e o resto do mundo. Possui a seguinte estrutura:

A. Balanço de Transações Correntes: É a soma de Balança Comercial, Balança de Serviços e Rendas e Transferências unilaterais.

A.1. Balança Comercial

A Balança comercial registra as exportações e importações de mercadorias (bens tangíveis). São registradas pelo critério FOB (free on board), ou seja, sem incluir as despesas para colocá-las a bordo do veículo que as transportará do país de origem ao seu destino.

A alternativa é registrá-las pelo critério CIF (Cost, Insurance and Freigth), que inclui seguro e frete.

Enap

A.2. Balança de Serviços e Rendas de Capital

A **Balança de Serviço** registra as operações de compra e venda de serviços, como: fretes, seguros, turismo, viagens internacionais e serviços governamentais (que são os gastos que o governo brasileiro tem com representações no exterior, como embaixadas e consulados). Esses serviços também são chamados não fatores, porque não remuneram fatores de produção.

A **Balança de Rendas de Capital** registra as operações dos serviços que remuneram os *fatores de produção*:

- ✓ Juros: empresas brasileiras, ou mesmo o governo brasileiro, quando se endividam no exterior, pagam juros. Esses pagamentos são registrados nesta conta, com o sinal negativo. Estrangeiros que estão endividados com brasileiros também pagam juros, e essas operações também são registradas nesta conta, com o sinal positivo.

- ✓ Remessas de lucros: empresas estrangeiras que atuam no Brasil remetem lucros para seus países de origem e essas operações são registradas nesta conta, com o sinal negativo. Empresas brasileiras que atuam no exterior também remetem seus lucros para o Brasil através desta conta, com o sinal positivo.

- ✓ Rendas do trabalho: esta conta registra a remuneração de brasileiros que trabalham no exterior, ou de estrangeiros que trabalham no Brasil.

A.3. Transferências Unilaterais

Donativos, remessas de imigrantes.

B. Conta Capital e Financeira: Registra os fluxos de capitais e de ativos financeiros.

Inclui o investimento direto externo, o investimento em carteira, os financiamentos e amortizações.

- ✓ **Investimento direto externo:** investimentos no Brasil realizados por empresas estrangeiras são registrados nesta conta, com o sinal positivo; investimento no exterior realizados por empresas brasileiras são registrados nesta conta, com o sinal negativo.

- ✓ **Investimento em carteira:** são registradas nesta conta, com o sinal positivo, operações de não residentes que adquirem ativos financeiros no Brasil. Com o sinal negativo, são registradas as operações de brasileiros residentes no País, que adquirem ativos financeiros no exterior.

- ✓ **Empréstimos** estrangeiros a brasileiros residentes no País também são registrados com o sinal positivo.

- ✓ **Amortizações** de empréstimos adquiridos no exterior são registrados com o sinal negativo.

SAIBA MAIS

Diferentemente da Balança Comercial, as entradas de divisas por esta conta constituem um **passivo externo**, pois são obrigações para com o exterior. Quando um investidor estrangeiro adquire ações na Bolsa de Valores de SP, por exemplo, poderá, a qualquer momento, realizar seus lucros e repatriar o seu capital para o país de origem. Quando um agente residente (governo ou setor privado) se endivida junto a algum credor externo, está, evidentemente, assumindo um passivo junto ao exterior.

C. Erros e omissões: é a discrepância referente a transações que não foram corretamente contabilizadas.

Saldo do Balanço de Pagamentos: É a soma dos saldos da conta de transações correntes e da conta capital e financeira (A + B + C).

D. Balanço de capitais compensatórios: É o demonstrativo de resultados. Se o saldo do Balanço de Pagamentos for negativo, o déficit deverá ser coberto de alguma forma: pode ser através de perda de **reservas internacionais** ou, se estas forem insuficientes, através de **operações de regularização** com o FMI. Se o saldo do Balanço de Pagamentos for positivo, o superávit corresponde ao acúmulo de reservas internacionais.

As **reservas internacionais** são constituídas:

- ✓ pelo estoque de divisas estrangeiras e títulos externos de curto prazo em poder do Banco Central;
- ✓ pela posição de ouro monetário em poder do Bacen;
- ✓ pelos Direitos Especiais de Saque (moeda fiduciária criada pelo FMI) e pelas reservas do país no FMI.

É importante notar que, em geral, as reservas internacionais não são mantidas em espécie, mas sim na forma de ativos financeiros, que rendem taxas de juros.

3.5.1. Aplicando o conceito

Suponha que um país fictício, Pindorama, registre as seguintes transações no ano de 2009:

a) Exporta o equivalente a US$ 900 de produtos agrícolas e US$ 100 em produtos industriais.

b) Importa o equivalente a US$ 800 em produtos industriais e US$ 400 em produtos agrícolas.

c) Transporta suas exportações em navios de bandeira estrangeira e paga US$ 50 por esse serviço.

Enap

d) Recebe US$ 400 em investimentos de uma multinacional produtora de automóveis.

e) Recebe, em sua bolsa de valores, US$ 320 de recursos de investidores estrangeiros.

f) Um banco de Pindorama concede um empréstimo no valor de US$ 300 para um governo estrangeiro.

g) A fabricante de automóveis remete lucros para a sua matriz no exterior, no valor de US$ 200.

h) O governo de Pindorama paga US$ 130 a título de amortização de uma dívida anteriormente contraída e paga outros US$ 50 a título de juros.

i) Obtém um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional no valor de US$ 100.

j) Perde reservas internacionais no valor de US$ 110.

Quadro 1: Transações de Pindorama no ano 2009.

Conta	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	total
Exportações	1.000										1000
Importações		-1.200									-1200
Fretes			-50								-50
Lucros							-200				-200
Juros								-50			-50
Donativos											
Investimento Direto				400							400
Investimento em carteira					320						320
Financiamentos						-300					-300
Amortizações								-130			-130
Empréstimos FMI									100		100
Haveres no Exterior										110*	110

**Por convenção, perdas de reservas internacionais são registradas com o sinal positivo e ganhos de reservas são registradas com o sinal negativo.*

O balanço de pagamentos de Pindorama será:

Quadro 2: Balanço de pagamentos de Pindorama.

Saldo em transações correntes	**-500**
Balança Comercial	-200
Serviços e Rendas	-300
Conta Capital e Financeira	290
Investimento Direto	400
Investimento em Carteira	320
Empréstimo e Financiamentos	-300
Amortizações	**-130**
Saldo do Balanço de Pagamentos	-210
Capitais Compensatórios	**210**
FMI	100
Reservas Internacioanais	110

3.5.2 Notas sobre o balanço de pagamentos

- ✓ Quando os bancos centrais intervêm no mercado de câmbio comprando moeda estrangeira, a contrapartida é o aumento das reservas internacionais e o aumento da oferta de moeda, o que pode ser inadequado para a condução da política monetária. Para evitar esse aumento indesejado da oferta de moeda, os bancos centrais emitem títulos públicos para retirar a moeda adicional de circulação - são as operações de esterilização. A dívida pública aumenta.

- ✓ Neste caso, é importante compreender o conceito de custo de carregamento das reservas internacionais. Esse custo corresponde à diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos emitidos nas operações de esterilização menos a taxa de juros que remunera as reservas internacionais – as quais, lembre-se, não são mantidas em espécie, mas sim em ativos adquiridos no exterior (em geral, títulos emitidos pelo tesouro norte-americano).

- ✓ Déficits em transações correntes podem ser financiados pela atração de capitais externos. Isso, no entanto, provoca o aumento do passivo externo.

- ✓ A relação entre o estoque de reservas internacionais e o passivo externo é uma boa medida da vulnerabilidade externa de um país: caso proprietários dos recursos que ingressaram na economia doméstica (seja na forma de investimento em carteira ou empréstimo) decidam enviar seus recursos para o exterior, o país será capaz de honrar os seus compromissos? Ou, em outras palavras, terá dólares em quantidade suficiente para garantir a conversão dos reais em dólares, para que os investidores enviem seus recursos para o exterior e, ao mesmo tempo, honrem o pagamento de juros, amortizações, remessas de lucros e pagamento de importações?

Enap

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise de projetos, o conhecimento das relações que envolvem câmbio e balanço de pagamentos[14] é particularmente importante. Em função da proporção de capital e/ou insumos importados utilizados no projeto, variações cambiais podem alterar o montante dos investimentos, os custos e a rentabilidade do projeto. Diferentes regimes cambiais e a forma de geri-los podem proporcionar uma trajetória da taxa de câmbio[15] que pode ser mais ou menos estável. O desempenho da economia pode, igualmente, indicar se a trajetória do câmbio é adequada ou não.

Ainda, a composição do balanço de pagamentos pode indicar, por exemplo, se um determinado regime cambial está sendo conduzido de forma adequada ou se um país está sujeito a crises cambiais que impliquem em fuga de capitais e desvalorização brusca da taxa de câmbio. Como já vimos, isso pode encarecer os custos de um projeto, ou mesmo forçar o seu adiamento.

A pauta de exportações, que é a composição das exportações de um país, de bens primários e manufaturados, deve ser compatível com uma infraestrutura adequada de portos e malha ferroviária, ou rodoviária. A ausência de uma infraestrutura adequada pode levar ao redimensionamento do projeto, de modo a reformulá-lo, visando o mercado interno em vez do mercado externo.

Economias cujas exportações são essencialmente compostas por *commodities* - agrícolas ou minerais - têm o seu saldo comercial fortemente afetado (quando não determinado) pelo comportamento dos preços dessas *commodities*, cotadas em mercados internacionais.

Da mesma forma, a composição da pauta de importações também é variável relevante. Países que importam muitos insumos produtivos, máquinas e equipamentos tendem a aumentar suas importações em momentos de crescimento econômico mais vigoroso - e tendem a reduzir suas importações durante as recessões. Se, durante a fase expansiva, as importações crescem a uma velocidade superior às exportações, a tendência será de surgimento de um déficit comercial. As condições de financiamento deste déficit permitirão, ou não, que a economia continue crescendo.

14 É o registro das transações de bens, serviços e ativos entre os agentes econômicos residentes na economia doméstica e no resto do mundo.

15 É o preço relativo entre diferentes moedas.

UNIDADE 4– FINANÇAS PÚBLICAS

OBJETIVOS DA UNIDADE

Ao final desta unidade, espera-se que você seja capaz de: Descrever as funções básicas do governo.

- Classificar o dispêndio público conforme as categorias econômicas ou as funções e programas do governo.
- Descrever os princípios que regem a tributação.
- Discutir implicações do uso de tributos progressivos, regressivos ou proporcionais. Identificar as fontes de financiamento do governo.
- Relacionar conceitos de déficit e superávit público com os dispêndios do governo e suas fontes de financiamento.

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Algumas estimativas apontam que a carga tributária no Brasil, no ano de 2008, foi de cerca de 36% do PIB. A dívida líquida total do setor público acumulada em agosto de 2009 foi de 44% do PIB. As necessidades de financiamento do setor público totalizaram, no acumulado até este mesmo mês, 3,3% do PIB no resultado nominal, contra um superávit primário de 2,21%.

A análise das receitas e despesas do governo, bem como a estrutura tributária, é contemplada pelo ramo da Teoria Econômica referente às Finanças Públicas. No item 4.2, discutiremos algumas das atribuições econômicas do Governo. Assumindo que tais atribuições somente podem ser exequíveis por meio do gasto público, o item 4.3 tratará da sua classificação.

Enap

Dado que a principal forma de financiar o gasto público são os impostos e taxas recolhidos da sociedade, o item 4.4 discutirá os princípios que devem nortear a formatação de um sistema tributário. A última seção discutirá os conceitos de déficit, superávit e dívida pública.

4.2. FUNÇÕES DO GOVERNO

O Governo possui três funções básicas na gestão econômica: promover ajustes na alocação de recursos, na distribuição de renda e manter a estabilização da economia.

FUNÇÃO ALOCATIVA

O Estado deve atuar na economia[16] para garantir a promoção de ajustes na alocação de recursos. O Governo é, por excelência, o provedor de bens públicos[17] e meritórios[18].

FUNÇÃO DISTRIBUTIVA

O Estado deve intervir para garantir a promoção de ajustes na distribuição de renda.

Da mesma forma, nem sempre o mecanismo de mercado é capaz de promover uma adequada distribuição de renda, como foi visto no tópico 2.3. O governo deve, então, interferir. Os dois instrumentos utilizados são: Tributação progressiva[19] e Gastos públicos direcionados[20].

FUNÇÃO ESTABILIZADORA

O Estado deve intervir para garantir a estabilidade econômica.

As economias são, em geral, caracterizadas por flutuações no ritmo da atividade econômica: há épocas em que a economia cresce mais (está mais aquecida) e em outra, cresce menos. Segundo o economista John Maynard Keynes, o mecanismo de mercado, em geral, não é capaz de garantir que a economia opere sob pleno emprego.
A política fiscal[21] pode ser utilizada para evitar flutuações intensas no nível de produção, emprego e preços: se a demanda agregada está deprimida e a economia está estagnada ou em recessão, o governo pode, por meio do aumento de gastos[22], estimular a demanda agregada, bem como o nível da atividade econômica. Por outro lado, se a economia estiver muito aquecida e houver pressões de demanda que possam provocar inflação, o governo pode reduzir os seus gastos e reduzir a demanda agregada.

16. Muitas vezes, o Estado também opera empresas, em se tratando de monopólios naturais, como já ocorreu nos serviços de eletricidade e telefonia – hoje, a intervenção estatal nesses setores específicos dá-se por meio da regulação.
17. Definem-se bens públicos como aqueles cujo consumo é efetuado por toda a coletividade, não podendo ser negados a pessoas que deixem de pagar por eles, como a defesa nacional e a justiça. "Aos bens públicos não se aplica o princípio da exclusão: um bem é privado se alguém que não paga pode ser excluído do seu uso" (Viceconti & Neves, 1995, p. 405).
18. Já os bens meritórios são aqueles que, embora sejam ofertados pelo setor privado, devem ser produzidos pelo Governo para evitar que a população de baixa renda seja excluída de seu consumo, como a educação e a saúde. Note que, no caso dos bens meritórios, o mecanismo de mercado não funciona adequadamente, o que justifica a intervenção estatal.
19. Quando o ônus da tributação recai mais fortemente sobre as camadas de renda mais alta.
20. Para atender às necessidades das classes de renda mais baixa – tais como educação, saúde, transporte coletivo.
21. Diz-se que quando a política fiscal é utilizada dessa forma, ela é discricionária - ou seja, efetuada por um ato voluntário e deliberado do governo, visando suavizar os efeitos dos ciclos econômicos.
22. Quando o governo expande seus gastos para suavizar os efeitos da fase declinante do ciclo econômico, diz-se que o governo está fazendo política fiscal anticíclica.

Alguns mecanismos dentro da área fiscal do governo entram em ação automaticamente – são os estabilizadores automáticos[23].

4.3. DISPÊNDIO PÚBLICO: CLASSIFICAÇÃO

Para a realização de suas funções, o governo realiza despesas, e para poder realizá- las, necessita de recursos para financiá-las. Vejamos inicialmente o lado dos gastos do governo. Existem diferentes formas de se classificar o dispêndio público, conforme o critério.

A) Por categorias econômicas

Quanto às categorias econômicas, as despesas do governo podem ser classificadas em: despesas correntes e despesas de capital.

Despesas correntes: São despesas nas quais o governo incorre para promover a execução, a manutenção e o funcionamento das suas atividades. Ex.: pagamento de salários, luz, água, serviços de limpeza.

Subdividem-se em despesas de custeio e transferências.

1. Despesas de custeio: realizadas para manutenção dos serviços públicos (ex.: pagamento de servidores, material de consumo, energia elétrica, água, etc.)

2. Transferências correntes: a elas não corresponde qualquer contraprestação direta em bens ou serviços. Ex.: aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, subsídios e juros da dívida pública interna.

Despesas de capital: são despesas efetuadas com o propósito de "formar um bem de capital ou acrescentar valor a um bem já existente" (Riani, 1986: 58) e, portanto, implicam em aumento do patrimônio do governo.

Subdividem-se em: investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

1. Investimentos: estão, em geral, associados às obras públicas, porque incluem todos os dispêndios realizados com o intuito de adquirir novos bens, ou adicionar valores aos bens já existentes. O investimento gera um acréscimo no PIB - logo, deve resultar em um bem de capital novo. Note que nem todas as despesas de capital constituem investimento.

2.Inversões financeiras: refere-se à aquisição de um bem em uso. Não gera acréscimo no PIB, apenas modifica a sua composição. Corresponde à aquisição de um bem de capital já utilizado.

23. O exemplo típico de um estabilizador automático é o seguro-desemprego. Quando há recessão e o desemprego aumenta, o governo tende a ampliar os seus gastos com o pagamento de seguro-desemprego, mitigando os efeitos recessivos. Quando a economia volta a crescer e o desemprego diminui, o governo tende a ter menos gastos com o pagamento do seguro-desemprego.

3. Transferência de capital: amortização da dívida pública, auxílios para obras públicas, equipamentos, instalações e inversões financeiras.

B) Por categorias funcional-programáticas

Outra forma de classificar os gastos do governo é quanto à função ou programa relacionado ao gasto. Aqui, trata-se de mostrar as realizações do governo.

Exemplo: legislativa, judiciária, educação e cultura, energia e recursos minerais, indústria e comércio, trabalho, assistência social e previdência, etc.

4.4. TRIBUTAÇÃO

Vejamos, agora, o lado da forma como o governo obtém recursos da sociedade para financiar seus gastos, por meio da tributação.

4.4.1. Princípios da Tributação

A principal forma de o Governo financiar os seus gastos é através da tributação. A configuração de um sistema tributário deve obedecer aos seguintes princípios:

1) Neutralidade

O sistema tributário deve interferir o mínimo possível na alocação de recursos por parte do setor privado da economia.

A hipótese que sustenta esse princípio é a de que alocação ótima é efetuada com base no sistema de preços - isso significa que um sistema tributário neutro deve interferir o mínimo possível no sistema de preços da economia.

Ocorre que, na prática, nenhum tributo é completamente neutro. Todos os impostos que incidem sobre vendas, por exemplo, modificam os preços e afetam as decisões dos consumidores e também dos produtores. Já o imposto sobre a renda também pode desestimular alguns profissionais que recebem salário por hora trabalhada.

- Os impostos sobre vendas devem incidir principalmente sobre produtos de demanda inelástica, porque as distorções provocadas na alocação de recursos são menores. Supostamente, é melhor tributar cigarros do que alimentos.
- Há casos de bens não meritórios, nos quais o governo se afasta deliberadamente do princípio da neutralidade, optando por coibir o consumo (via tributação) por princípios éticos, como cigarros e bebidas (Viceconti & Neves, 1995, p. 414).

2) Equidade

Estabelece que o sistema tributário deve ser justo. Comporta duas visões:

1. *Princípio do benefício:* de acordo com esse princípio, os indivíduos que mais se beneficiam dos serviços oferecidos pelo governo devem pagar mais impostos. É o caso, por exemplo, das contribuições de melhoria.

   Ocorre, no entanto, que, tratando-se de bens públicos, fica difícil identificar o quanto cada indivíduo se beneficia.

2. *Princípio da capacidade de pagamento:* cada cidadão contribui de acordo com a sua capacidade de pagamento. A forma mais trivial de se mensurar a capacidade de pagamento dos indivíduos é pela renda. Veremos adiante que os sistemas tributários ditos progressivos são os que melhor atendem a este princípio. Os sistemas regressivos, ao contrário, fogem desse princípio.

4.4.2. Tributação Progressiva, regressiva e Proporcional

As tabelas abaixo comparam diferentes estruturas tributárias (neutra, progressiva e regressiva) e seus resultados quanto à distribuição de renda. As estruturas progressivas melhoram a distribuição de renda, à medida que ajudam a reduzir a distância entre as rendas disponíveis dos mais ricos em relação aos mais pobres.

Suponha uma economia que possua apenas 4 indivíduos: A, B, C e D, cuja renda seja, respectivamente, de 1.000, 2.000, 3.000 e 4.000 unidades monetárias, e a renda total desta economia seja de 10.000 unidades monetárias. Os indivíduos A, B, C e D detêm, respectivamente, 10%, 20%, 30% e 40% da renda nacional.

Supondo-se uma estrutura tributária neutra, na qual a alíquota média do imposto seja de 20% para todos os indivíduos, a tabela 1 abaixo mostra que, após o pagamento do imposto, a distribuição da renda disponível na sociedade, entre cada indivíduo, mantém inalterada a distribuição inicial da renda. Ou seja, uma estrutura tributária neutra não altera a distribuição da renda.

Tabela 1: Estrutura tributária Neutra

Cidadãos	Renda	%	Alíquota	Imposto	Renda Disponível	%
A	1000	10	0,2	200	800	10
B	2000	20	0,2	400	1600	20
C	3000	30	0,2	600	2400	30
D	4000	40	0,2	800	3200	40
Y	10000	100		2000	8000	100

Suponhamos agora, a partir da mesma distribuição inicial da renda, que a estrutura tributária seja progressiva: quanto maior for a renda do indivíduo, maior será a incidência de impostos sobre ele. Suponha, assim, que as alíquotas de impostos pagas pelos indivíduos A, B, C e D sejam, respectivamente, de 20%, 30%, 40% e 50%. A distribuição da renda disponível agora é tal que a participação do indivíduo A, de menor renda, aumentou, enquanto a participação do indivíduo D, mais rico, diminuiu. Ou seja, um sistema tributário progressivo melhora a distribuição de renda da sociedade.

Tabela 2: Estrutura tributária Progressiva

Cidadãos	Renda	%	Alíquota	Imposto	Renda Disponível	%
A	1000	10	0,2	200	800	13,33
B	2000	20	0,3	600	1400	23,33
C	3000	30	0,4	1200	1800	30,00
D	4000	40	0,5	2000	2000	33,33
Y	10000	100		4000	6000	100,00

É fácil mostrar, assim, que uma estrutura tributária regressiva piora a distribuição de renda. É exatamente o que ocorre na tabela 3: quando a alíquota do imposto que incide sobre o indivíduo mais pobre é maior do que aquela que incide sobre o indivíduo mais rico, a renda é distribuída a favor do indivíduo mais rico.

Tabela 3: Estrutura tributária Regressiva

Cidadãos	Renda	%	Alíquota	Imposto	Renda Disponível	%
A	1000	10	0,5	500	500	7,14
B	2000	20	0,4	800	1200	17,14
C	3000	30	0,3	900	2100	30,00
D	4000	40	0,2	800	3200	45,71
Y	10000	100		3000	7000	100,00

4.4.3. Tributos Diretos e Indiretos

Os tributos podem ser de dois tipos: diretos e indiretos.

- O tributo direto incide sobre a renda e a riqueza (patrimônio) - por exemplo, o imposto de renda, o IPTU, o IPVA. Paga-se proporcionalmente ao que se possui, o pagamento sendo feito diretamente ao governo pelo proprietário.

- Já o tributo indireto incide sobre a produção, vendas, circulação ou consumo de bens e serviços - como o ICMS, o IPI, etc. Paga-se proporcionalmente ao valor do item comercializado, sendo o pagamento embutido no ato da transação e recolhido posteriormente pelo governo.

O grau de progressividade ou regressividade do sistema tributário está ligado ao tipo preponderante de impostos existentes, a saber, se são diretos ou indiretos.

Os impostos diretos incidem sobre o patrimônio, e como a posse patrimonial é tanto maior quanto mais rico o extrato da sociedade, esse tipo de imposto atingirá proporcionalmente mais as camadas mais ricas, uma vez que as camadas mais pobres têm a maior parte de sua renda despendida em bens de consumo, pequena parcela dela podendo ser dedicada à aquisição de patrimônio. Assim, os impostos diretos tendem a ser progressivos. Especialmente quando, adicionalmente, a eles são aplicadas alíquotas progressivamente maiores, conforme a faixa de renda ou de valor do patrimônio.

Os impostos indiretos, por sua vez, incidem sobre o valor do item a ser comercializado, independentemente de quem o adquira. Ou seja, o valor do ICMS pago ao se comprar um quilo de feijão é o mesmo, independentemente de saber se quem o comprou é pobre ou rico. E, como o gasto com feijão e outros bens de consumo têm participação proporcional bem maior no orçamento familiar do pobre do que no orçamento do rico, esse tipo de imposto tende a gerar um favorecimento do rico em detrimento do pobre. Uma forma de atenuar a tendência de efeito regressivo que os impostos indiretos possuem é estabelecer a estes alíquotas diferenciadas conforme o gênero de produto, buscando desonerar e mesmo isentar aqueles considerados mais básicos e necessários ao conjunto da população, como alimentos, e onerar, proporcionalmente mais, bens considerados supérfluos e/ou de luxo. A dificuldade, porém, com esse tipo de procedimento, é que bens supérfluos possuem demanda mais elástica, e, com isso, o aumento em seus preços leva a reduções mais sensíveis nas vendas, inclusive reduzindo o montante de arrecadação. Por sua vez, gêneros básicos possuem demanda mais inelástica, pouco os aumentos de preço reduzem as vendas, de modo que a tributação sobre eles tem mais certamente garantida a arrecadação.

No Brasil, a maior parte dos recursos arrecadados pelo governo provém de impostos indiretos, o que permite caracterizar o sistema tributário brasileiro como regressivo.

4.5. DÉFICIT PÚBLICO e DÍVIDA PÚBLICA

Uma vez visto o Gasto público e a Tributação, vejamos então a questão do equilíbrio entre esses dois lados.
Do lado do dispêndio do governo (DG), este é composto de três partes:

- **G:** gastos em geral (despesas correntes, exceto juros e correção da dívida), mais despesas de capital;
- **J:** juros sobre a dívida interna e externa (J); e
- **CM:** correção monetária sobre as dívidas (CM).

$$DG = G + J + CM$$

Enap

Por sua vez, as receitas do governo para financiar seus gastos são advindas da tributação, e nem sempre esta corresponde ao que é gasto. Quando os gastos superam as receitas, configura-se o déficit público. Ao contrário, quando as receitas superam os gastos, configura-se o superávit público. Quando o governo está em déficit, gastando mais que arrecada, ele contribui para aumentar a Demanda Agregada, assim realizando uma política fiscal expansionista. Quando está em superávit, retirando recursos da economia por tributação e não os gastando, está realizando uma política fiscal contracionista. Detalhemos alguns conceitos (definidos para déficits, sendo superávit com sinal trocado).

Déficit Primário: consiste apenas no excesso de gastos correntes e de capital (G) sobre a arrecadação tributária (T); não leva em consideração nem a correção monetária, nem os juros das dívidas.

Déficit Nominal: corresponde ao excesso de despesas públicas (G) sobre as receitas correntes (T) mais os juros (J) e correção monetária (CM). Ou seja, busca captar a efetiva necessidade de financiamento do setor público, incluindo o custo de rolagem de dívida interna e externa, bem como incluindo os efeitos da inflação sobre a dívida.

Déficit Operacional: corresponde ao déficit primário acrescido dos juros apenas, não levando em consideração a correção monetária e cambial. Ou seja, corresponde ao déficit primário acrescido dos juros reais, assim diferindo do déficit nominal pelo fato ser o déficit primário acrescido dos juros nominais.

Déficit Primário = G – T

Déficit Nominal = G – T + J + CM = Déficit Primário + juros nominais

Déficit Operacional = G – T + J = Déficit Primário + juros reais

Quando o governo incorre em déficit, ele deve financiá-lo de alguma forma. Os principais meios são vender títulos, ou ao Banco Central, ou ao setor privado (interno ou externo). No primeiro caso, o Banco Central adquire os títulos por meio da emissão de moeda; no segundo caso, o governo está emprestando dinheiro do setor privado. Assim, o déficit é financiado ou pelo aumento da base monetária (ΔB) ou pelo aumento das dívidas interna e externa (ΔDi).

Assim:

$$DG = G + J + CM = T + \Delta B + \Delta Di$$

$$(G - T) + J + CM = \Delta B + \Delta Di$$

Note aqui a diferença entre déficit e dívida. O déficit público, como visto, corresponde ao fato de que os gastos excedem as receitas. Por sua vez, a dívida pública é a forma de se financiar o déficit. O déficit é um resultado contábil negativo, de fluxo. A dívida é um haver negativo, um passivo, em estoque.

Tomemos um exemplo. Suponha que o governo arrecade 2.000 unidades monetárias com impostos, e que seus gastos correntes e com investimentos tenham totalizado 1.800 unidades monetárias. Além disso, o governo gasta também 300 unidades monetárias com pagamento de juros de dívida previamente adquirida, e 30 unidades monetárias de correção cambial da parcela da dívida indexada ao dólar.

→ O resultado primário é superavitário, no valor de 200 unidades monetárias.

→ O resultado nominal é deficitário, no valor de 130 unidades monetárias: as 200 u.m. "economizadas" pelo governo no superávit primário não foram suficientes para pagar os juros e a correção monetária, que totalizaram 130 u.m.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos referentes às Finanças Públicas são úteis na análise de projetos que envolvam investimentos públicos. Particularmente, projetos novos têm impacto sobre o orçamento fiscal, e o formato do financiamento tem impacto sobre a trajetória da carga tributária ou da dívida pública - se for financiado por aumento de impostos ou por aumento do estoque da dívida. Se os investimentos forem financiados por aumento de impostos (ou mesmo pela criação de novos impostos), seu ônus recairá sobre determinada parcela da sociedade - aquela que efetivamente paga esses impostos.

Enap